

1 **REUNIÃO ORDINÁRIA DE 06 DE AGOSTO**  
2 **DE 2.019**

3 **ATA Nº 07/2.019** – Aos seis dias, do mês de agosto,  
4 do ano de dois mil e dezenove, às catorze horas e  
5 quarenta e cinco minutos, na sala de reuniões da  
6 Delegacia da Receita Federal do Brasil, sita na Rua  
7 Sá e Albuquerque, 541 – Jaraguá, nesta cidade,  
8 compareceram os seguintes membros: Claudivan da  
9 Silva Costa(TCU), José Carlos Castro (MPE/AL),  
10 Gustavo Henrique Albuquerque Santos (MPC/AL),  
11 Fernando Teles de Farias (Arquidiocese de Maceió),  
12 Pedro Guido da Silva (ISV), Rodrigo Siqueira  
13 Cavalcante (TCE/AL), Antônio Estanislau de  
14 Oliveira Neto (PMM/SMCI-Maceió), Thiago  
15 Sampaio(UFAL), Antônio Ricardo(CRC/AL), e as  
16 Sras. Maria de Fátima Accioly Canuto Wanderley  
17 (CEDDH), Jandira Eugênio(CRC/AL), Valéria  
18 Bezerra (RFB), Adriana Andrade Araújo (CGE/AL),  
19 e Laila Nayara Alves de Brito Soares(Conselho  
20 Municipal de Políticas Culturais/Maceió). **Item I da**

21 **Pauta: Abertura e boas vindas – Coordenador do**  
22 **FOCCO/AL e representante da Receita Federal -**

23 O Sr. Claudivan Costa, nosso Coordenador, ao  
24 tempo em que disse da importância da presença da  
25 Receita Federal, no FOCCO, agradeceu a cessão do  
26 espaço para a realização deste encontro. Enquanto o  
27 Dr. Plínio Feitosa, ilustre Delegado da RFB, neste  
28 estado, afirmou da satisfação em receber-nos. Aqui,  
29 foi mencionada a proposta de reestruturação por que

30 passa a Receita Federal, cujo processo constitui uma  
31 profunda reformulação do órgão, que transcorre no  
32 bojo de um projeto maior, a reforma administrativa  
33 que o governo pretende implementar na máquina  
34 pública federal. Em seguida, foi comentado o  
35 processo de vazamento de dados sigilosos referentes  
36 ao Ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar  
37 Mendes, bem como de sua esposa, no âmbito da  
38 RFB. Referidos conhecimentos, envolvendo a  
39 Receita Federal, são preocupantes porque a  
40 instituição não costuma seguir esse modelo, pelo  
41 contrário, sempre zelou pelo rígido controle da  
42 guarda das informações confidenciais. Sobre o  
43 problema, foi afirmado que qualquer pessoa pode ser  
44 fiscalizada pela RFB, e aquelas que ocupam cargos  
45 importantes, claro, devem entrar em idênticas regras  
46 a que estão sujeitos todos os cidadãos. A escolha é  
47 feita através de parâmetros técnicos e objetivos. Não  
48 é o cargo ou função exercidos por uma pessoa que  
49 determina a prioridade para ela ser selecionada para  
50 fiscalização. De modo que não se pode afirmar, com  
51 base nas informações publicadas, que tenha havido  
52 erro no processo de seleção de contribuintes. **Item II**  
53 **da Pauta: Aprovação da Ata da reunião anterior**  
54 **e comunicações** - A Ata de nosso encontro anterior  
55 foi aprovada por unanimidade e sem ressalvas, em  
56 seguida ao conhecimento de seu respectivo texto por  
57 todos os presentes. Neste momento, o Sr. Cladivan  
58 realizou um breve resumo das atividades e objetivos

59 do FOCCO, para os novos membros recém  
60 admitidos. **Item III da Pauta: Boas práticas de**  
61 **combate à corrupção - apresentação do**  
62 **Programa de Compliance e Integridade da**  
63 **Secretaria de Fazenda do Estado de Alagoas - O**  
64 Sr. Coordenador, após a devida apresentação, passou  
65 a palavra, de imediato, ao Sr. Rodrigo Bittencourt  
66 Miranda, Assessor Especial de Ética e Compliance  
67 da SEFAZ/AL, que agradeceu a oportunidade de  
68 conduzir sua palestra ao seletivo grupo do FOCCO. O  
69 ilustre apresentador, continuando, disse da  
70 importância do programa, cuja implementação de  
71 sua estrutura se deu na Secretaria da Fazenda-AL,  
72 afirmando que este foi o primeiro órgão da  
73 administração pública direta a adotar uma política  
74 desse nível. Em seguida, definiu Compliance como  
75 sendo uma forma de agir, de acordo com uma regra,  
76 uma instrução interna, um comando, ou, ainda, um  
77 pedido. Resumindo, afirmou: é estar em  
78 conformidade com leis e regulamentos externos e  
79 internos. Seria, em última análise, manter a empresa  
80 em conformidade com os normativos reguladores, de  
81 acordo com suas atividades. Continuando, foi  
82 afirmado que, além de manter as informações  
83 seguras e sua atividade funcionando, as instituições  
84 necessitam mostrar e comprovar para o mercado,  
85 que estão adotando as boas práticas, e para isso  
86 precisam estar em conformidade, ou em  
87 Compliance, recebendo, assim, o reconhecimento do

88 mercado, traduzido por algumas vantagens  
89 competitivas, a exemplo de descontos em linhas de  
90 crédito, valorização da organização e melhor retorno  
91 dos investimentos. Informou, por fim, que já ocorreu  
92 o 1º Fórum de Compliance e Integridade, e que este  
93 deverá acontecer mensalmente, através de uma  
94 parceria com a Controladoria Geral do Estado-CGE,  
95 contando com a presença de especialistas de todo o  
96 Brasil. Neste instante, o Sr. Claudivan Costa fez um  
97 questionamento sobre a possibilidade de  
98 descontinuidade do projeto? O Sr. Rodrigo  
99 Bittencourt afirmou que o programa foi concebido  
100 para uma ação de Estado, permanente, e que existem  
101 as prudências necessárias, visando essa perenidade.  
102 Sobre a possibilidade de a Secretaria fazer parte do  
103 FOCCO? Foi informado ao Sr. Rodrigo que essa já  
104 se encontra integrada a este Fórum, faltando, tão  
105 somente, a indicação de seu representante pela  
106 direção da SEFAZ/AL. **Item IV da Pauta:**  
107 **Encontro Nacional da Rede de Controle da**  
108 **Gestão Pública. Edição Bahia 2.019, em 19 e 20**  
109 **de setembro** - O Sr. Claudivan Costa ao tempo em  
110 que prestou os devidos esclarecimentos, comunicou  
111 que irá participar do evento, que contará com a  
112 presença do presidente do Tribunal de Contas da  
113 União (TCU), ministro José Múcio, oportunidade  
114 em que serão apresentados os temas: “Prevenção e  
115 combate à corrupção”, “Controle social e  
116 transparência - Dados abertos” e “Controle Público e

117 Avaliação de políticas públicas”. **Item V da Pauta:**  
118 **Constituição do Observatório Social em Alagoas**  
119 **e a atuação do FOCCO/AL** - O Sr. Claudivan  
120 Costa, ao tempo em que afirmou serem os objetivos  
121 do Observatório (OS), próximos aos do FOCCO,  
122 transferiu a palavra à Sra. Jandira Eugênio,  
123 representante do Conselho Regional de  
124 Contabilidade(CRCAL), que, de início, disse que o  
125 projeto deverá contar com a participação de  
126 profissionais da contabilidade, representantes de  
127 órgãos públicos, integrantes de instituições sociais,  
128 bem como da sociedade em geral, e que, através da  
129 união de forças, deseja conquistar a sociedade,  
130 diante da relevância do projeto, e a partir dos  
131 benefícios que serão gerados. Afirmou, ela ainda, ser  
132 o OS um importante instrumento de  
133 acompanhamento dos gastos públicos, de promoção  
134 do controle social e desenvolvimento de ações de  
135 educação fiscal, de inserção de pequenas e médias  
136 empresas em processos licitatórios, e apontamento  
137 de indicadores na gestão pública. Assegurou,  
138 também, que o Observatório, atuando como pessoa  
139 jurídica, em forma de associação, destaca-se pelo  
140 trabalho técnico, utilizando-se de uma metodologia  
141 de monitoramento das compras públicas, em nível  
142 municipal, desde a origem do processo, publicação  
143 do edital de licitação, até o acompanhamento da  
144 entrega do produto ou serviço, de modo a agir  
145 preventivamente no controle social dos gastos

146 públicos. Salientou, ainda, que as unidades dos  
147 Observatórios Sociais, estaduais e municipais, já  
148 presentes em 140 cidades de 16 estados brasileiros,  
149 são organizadas em rede, coordenada pelo  
150 Observatório Social do Brasil (OSB), instituição não  
151 governamental e sem fins lucrativos. Ressaltou,  
152 também, a representante do CRC/AL que a despeito  
153 de sua contribuição, em que proporcionou uma  
154 economia superior a R\$3 bilhões para os cofres  
155 municipais, valor este que deixou de ser desviado ou  
156 desperdiçado nas cidades, onde o OSB está presente;  
157 o mais importante não são os números, mas sim a  
158 cultura que está sendo gerada em benefício de nosso  
159 país. Por fim, foi citada pela Sra. Jandira Eugênio  
160 algumas dificuldades estratégicas para a  
161 consolidação do empreendimento, ao que o Sr.  
162 Rodrigo Siqueira registrou a possibilidade de  
163 disponibilizar um espaço no TCE/AL, com o  
164 objetivo de concretizar o projeto, por sua  
165 fundamental importância no controle externo. **Item**  
166 **VI da Pauta: Comissão de Capacitação do**  
167 **FOCCO/AL: continuidade da ação Projeto**  
168 **Jovem Universitário em Arapiraca** - O Sr.  
169 Coordenador, ao tempo em que justificou a ausência  
170 da Sra. Nadja Peixoto, passou a comunicar o que lhe  
171 fora transmitido pela responsável a favor do projeto  
172 PJU/UNEAL-Arapiraca, confirmando a  
173 programação já definida para os próximos dias: Em  
174 20/08, acontecerá a reunião com os alunos

175 parlamentares, para a definição das áreas de atuação,  
176 que ocorrerá a partir de setembro, contemplando os  
177 turnos vespertino e noturno, e para o dia 21/08, dar-  
178 se-á a diplomação dos demais, na sede da OAB-  
179 Arapiraca, às 14 h. Confirmou ela, ainda, que o PJU-  
180 UNEAL terá uma efetiva participação no evento do  
181 dia Internacional Contra a Corrupção, a ser realizado  
182 em Arapiraca. Ainda, sobre o PJU, o Sr. Pedro  
183 Guido confirmou a possibilidade de expansão do  
184 projeto, direcionando-o para o CESMAC, UFAL e  
185 UNIT. Continuando, comunicou, ele, a realização  
186 do curso patrocinado pelo Instituto Sílvio Vianna, do  
187 qual é Presidente, “Disseminadores de Cidadania” –  
188 27<sup>a</sup> turma, a ser realizado no SENAC – Poço, a  
189 partir de 20 de agosto próximo, tendo como  
190 palestrante na abertura, o Dr. Everaldo Patriota,  
191 eminente Advogado e Conselheiro Federal da OAB.  
192 Sobre a constituição do Observatório Social, foram  
193 citados os problemas encontrados pelo grupo que  
194 tentou implantá-lo, anteriormente, nesta cidade,  
195 tendo como obstáculo maior, frise-se, a baixa adesão  
196 de nosso empresariado ao programa. **Item VII da**  
197 **Pauta: Prêmio FOCCO/AL ações e boas práticas**  
198 **de combate à corrupção: identificação de**  
199 **práticas; critérios para seleção; divulgação e**  
200 **premiação** - Com fundamento em iniciativas de  
201 prevenção e combate à corrupção e com o objetivo  
202 de se estabelecer critérios, visando a distribuição de  
203 prêmios, que deverá acontecer nas comemorações do

204 Dia Internacional Contra a Corrupção, foram  
205 citados, a título de referência, o aplicativo para  
206 celular lançado pela CGU de acompanhamento da  
207 merenda escolar e outro aplicativo de combate a  
208 crimes ambientais, desenvolvido individualmente  
209 por um cidadão alagoano. Foi mencionada, também,  
210 devido ao processo de integração entre as diversas  
211 instituições, a possibilidade de participação do  
212 TCE/AL no projeto “Alice”, conectado ao TCU, e  
213 que trabalha, diariamente, analisando editais de  
214 licitações feitos por todos os órgãos federais. **Item**  
215 **VIII da Pauta: Assuntos diversos; Sugestão de**  
216 **pauta e local para as próximas reuniões** – A Sra.  
217 Lailla Brito, representando o Conselho Municipal de  
218 Políticas Culturais de Maceió, sugeriu a  
219 disseminação dos projetos do FOCCO e da  
220 Educação Fiscal, nas Universidades, Escolas e na  
221 própria página deste Fórum, na “Web”. Em resposta,  
222 a Sra. Valéria Bezerra afirmou que a Receita Federal  
223 já realiza referida atividade. Aqui, o Sr.  
224 Coordenador confirmou que o TCE/AL já liberou  
225 toda estrutura necessária à gravação dos vídeos, já  
226 contando com um calendário predefinido para a  
227 participação dos órgãos de controle e que têm a  
228 finalidade de promover a cultura do monitoramento  
229 social e uma cidadania proativa. Quanto à próxima  
230 reunião ordinária, esta acontecerá no Tribunal de  
231 Contas do Estado, regimentalmente, na 1ª terça-feira  
232 do mês. Neste momento, o ilustre Delegado da

233 Receita Federal, anfitrião do encontro, Dr. Plínio  
234 Feitosa, ao tempo em que reiterou seu  
235 agradecimento por realizarmos nossa reunião no  
236 órgão por ele dirigido, solicitou dos presentes, uma  
237 maior participação e respectiva divulgação do  
238 programa da RFB, que faculta aos contribuintes com  
239 imposto a pagar, quando do encerramento da  
240 Declaração de Ajustes, a opção de destinar parte  
241 desses recursos para os Fundos de Direitos da  
242 Criança e do Adolescente. Não havendo mais nada a  
243 ser discutido, foi encerrado o encontro às 17 horas e  
244 40 minutos, com o Sr. Claudivan Costa, reiterando o  
245 agradecimento pela presença de todos e o excelente  
246 coffee break, que nos foi propiciado pela anfitriã.  
247 Assinam a Ata os Srs. Claudivan da Silva Costa –  
248 Coordenador e Fernando Teles de Farias –  
249 Secretário, juntamente com os demais membros  
250 presentes.

251

252

253 Claudivan da Silva Costa  
254 Coordenador

255

256 Fernando Teles de Farias  
257 Secretário.

258

259 José Carlos Castro  
260 MPE/AL

261

262 Gustavo Henrique Albuquerque Santos  
263 MPC/AL

264  
265 Pedro Guido da Silva  
266 ISV

267  
268 Rodrigo Siqueira Cavalcante  
269 TCE/AL

270  
271 Antônio Estanislau de Oliveira Neto  
272 PMM/SMCI-Maceió

273  
274 Thiago Sampaio  
275 UFAL

276  
277 Antônio Ricardo  
278 CRC/AL

279  
280 Maria de Fátima Accioly Canuto Wanderley  
281 CEDDH

282  
283 Jandira Eugênio  
284 CRC/AL

285  
286 Valéria Bezerra  
287 RFB

288  
289 Adriana Andrade Araújo  
290 CGE/AL



291

292

293

Laila Nayara Alves de Brito Soares  
Conselho Municipal de Políticas Culturais/Maceió